



ACÓRDÃO Nº548/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12039/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Casa Civil - Prefeitura de Manaus
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Tadeu de Souza Silva
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 538/2023-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Regularidade. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus**, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Tadeu de Souza Silva**, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Manaus, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Tadeu de Souza Silva**, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Manaus, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Escritório de Representação em Brasília-ESBRA** da Prefeitura Municipal de Manaus, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr.



ACÓRDÃO Nº548/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Luiz Carlos Santos Junior, Coordenador do Escritório da Representação de Manaus em Brasília-ESBRA da Prefeitura Municipal de Manaus, à época;

10.4. Dar quitação ao Sr. Luiz Carlos Santos Junior, Coordenador do Escritório da Representação de Manaus em Brasília-ESBRA da Prefeitura Municipal de Manaus, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;

10.5. Determinar à origem da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, que nos termos do §2º, do artigo 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.5.1. termo de Contrato nº 02/2021 (Processo nº 2021/18911/18913/0/001650) celebrado entre o Município de Manaus, através da Casa Civil e UATUMÃ Turismo e Eventos Eireli, o qual teve por objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, internacionais e intermunicipais, compreendendo serviços de pesquisa de preços, reservas, marcação, cancelamentos, emissão e entrega de bilhetes eletrônicos de passagens aéreas (e-ticket), ou ordens de passagens, com o devido “código localizador”, além do seguro de viagem para passagens aéreas internacionais, para atender a Prefeitura de Manaus, através da Casa Civil. A Nota de Empenho nº 00121/21 não encontra-se no valor total da despesa, correspondente a data de início dos serviços, até o final do exercício, descumprindo o artigo 60, §3º, da Lei nº. 4320/1964 e o artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

10.5.2. inexistência de comprovação de que houve autorização do Chefe do Executivo Municipal, para que a Casa Civil aderisse à uma Ata de Registro de Preços de outra Unidade Federativa (no caso, a ARP nº 03/2020, da Assembleia Legislativa do Estado do Acre), para celebração do ajuste em questão, conforme Art. 11, caput, do Decreto 4.826/20;

10.5.3. inexistência de comprovações com a justificativa contendo o diagnóstico da necessidade, inclusive quanto à ausência de ata de registro de preços do Município que atenda a demanda, assim como a inviabilidade de realização do processo licitatório para o objeto, conforme Art. 10, I, do Decreto 4.826/20;

10.5.4. termo de Contrato nº 03/2021 (Processo nº 2021/18911/18913/0/002081) celebrado entre o Município de Manaus,



ACÓRDÃO Nº548/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

através da Casa Civil e LIZ Serviços On Line Ltda, o qual teve por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento, divulgação e publicação on line dos atos oficiais de efeitos externos do Município de Manaus. A Nota de Empenho nº 00169/21 não encontra-se no valor total da despesa, correspondente a data de início dos serviços, até o final do exercício, de acordo com o Art. 60, §3º, da Lei nº 4320/64 e o art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93;

10.5.5. inexistência, nos autos, da Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da contratada, válida em conformidade com a data de celebração do termo, conforme Art. 60, §3º, da Lei nº 4320/64 e o art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93 e Art. 29, III, da Lei nº 8.666/93;

10.5.6. inexistência, nos autos, da Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, em favor da contratada, válida em conformidade com a data de celebração do termo, conforme o Art. 29, IV, da Lei nº 8.666/93;

10.5.7. termo de Contrato nº 06/2021 (Processo nº 2021/18911/18928/0/014228) celebrado entre o Município de Manaus, através da Casa Civil e S.A. de Almeida Magalhães Serviços em Gesso Eireli, o qual teve por objeto a contratação dos serviços de limpeza e conservação, com disponibilidade de mão-de-obra saneante, equipamentos, materiais e produtos de limpeza, e encarregado de serviços gerais para atender as necessidades da Casa Civil e suas unidades vinculadas. A Nota de Empenho nº 00446/21 não encontra-se no valor total da despesa, correspondente a data de início dos serviços, até o final do exercício, conforme Art. 60, §3º, da Lei nº 4320/64 e o art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93;

10.5.8. a Casa Civil não possuiu cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, não atendendo, portanto, ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas;

10.5.9. cancelamento de Restos a Pagar em favor da empresa NORTE Serviços Médicos Eireli, totalizando R\$ 151.474,44 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Constatado no Balanço Financeiro e Relação de Restos a Pagar, no Processo Eletrônico TCE nº12.039/2022;

10.5.10. os estados de Conservação de itens (Ex. Nº Tombo: 12265; 100185; 179909; 179911; etc...), apresentados no Inventário de Bens Patrimoniais, não estão de acordo com as disposições do art. 10, do Decreto Municipal 850/2011, de acordo com o Artigo 10, do Decreto



ACÓRDÃO Nº548/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Municipal 850/2011.

- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral